

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Braga quer concluir reforma, se municípios deixarem

Disputa entre municípios é o novo impasse da tributária

Há cerca de 40 anos o Brasil tem consciência de que vive numa espécie de manicômio tributário, com um miríade de regras municipais, estaduais e federais que se misturam, se acumulam e tornam quase impossível alguém saber de fato quanto paga de imposto. Em almoço nesta terça-feira (1) na Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE), o senador

Eduardo Braga (MDB-AM) confirmou que essa novela parece mesmo perto do fim. Braga, que foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição e do primeiro projeto de regulamentação, é agora também o relator do segundo projeto. O plano é concluir tudo até o final do semestre. Desde que, porém, os municípios brasileiros cheguem a um entendimento.

Comitê

O segundo projeto trata da criação e formação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). É esse comitê que irá determinar como se fará a divisão dos valores arrecadados entre a União, os estados e os municípios. E é onde reside agora a disputa entre as cidades.

Conselho

Os municípios, os estados e o Distrito Federal precisam eleger os 27 integrantes do Conselho Superior do Comitê Gestor. Em princípio, essa eleição está marcada para daqui a duas semanas, no dia 16 de abril, para que o conselho tome posse no dia 16 de maio.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Paes assumirá frente de prefeitos na semana que vem

Confederação dos menores quer disputar todas as vagas

Disputam os postos no Conselho Superior a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que passará a ser presidida no dia 8 de abril pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), há décadas presidida por Paulo Ziulkoski, que já foi prefeito de Mariana Pimentel (RS), mas

desde 2004 não é mais. Em princípio, tenta-se um acordo para que a CNM fique com 14 vagas que seriam eleitas um voto para cada município. E a FNP com 13 vagas eleitas de forma ponderada, ou seja, levando-se em conta a população de cada cidade. A CNM não aceita o acordo. Quer poder disputar todos os 27 postos.

Desequilíbrio

Se os municípios menores, que compõem a CNM, ficarem com todos os cargos, isso, na avaliação do secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, geraria um "risco de desequilíbrio do pacto federativo". Municípios maiores gerariam os impostos e não arrecadariam com ele.

Representação

Já a CNM argumenta que teria o direito de disputar chapa tanto para os 14 cargos gerais quanto para os 13 eleitos de forma ponderada. E anuncia que efetivamente fará isso. Paulo Ziulkoski argumenta que a confederação tem "condições técnicas e legais" para participar.

Custo

"Os municípios com mais de 500 mil habitantes responderão por mais de 50% do custo do IBS", argumentou Perre ao Correio Político. "É fácil resolver esse impasse", disse o secretário da FNP. "Basta cumprir o que define a lei e a Constituição. Nossa expectativa é que ocorra".

Haddad

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou mediar um acordo. A FNP não disputará os 14 cargos: os deixará para a CNM. Mas não abrirá mão de nenhum dos outros 13. Se tiver que disputar, como o voto é ponderado, estima ganhar todos.

Motta adia discussão da anistia mais uma vez

PL segue em obstrução; Lindbergh diz que assinaturas são blefe

Por Gabriela Gallo

A votação do Projeto de Lei que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 (PL 2858/2022) não deve acontecer nesta semana. A reunião de líderes da Câmara dos Deputados, marcada inicialmente para esta terça-feira (1º), foi cancelada. No encontro, o líder do PL na Casa, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), apresentaria para os demais líderes a proposta de votar a urgência do PL da Anistia. Uma nova reunião de líderes ficou marcada para esta quinta-feira (3), a partir das 10h.

O partido do ex-presidente Jair Bolsonaro alega que conseguiu 309 assinaturas favoráveis à votação da urgência – que leva a apreciação diretamente para o plenário da Casa, sem necessidade de ser aprovado em comissões – do projeto. Todavia, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ), não acredita que o partido tenha de fato o apoio necessário para aprovar a medida. Em entrevista coletiva nesta terça-feira, o parlamentar disse que conversou com os líderes das principais bancadas da Câmara e, com exceção do PL, as demais bancadas da Casa não demonstram interesse em votar o projeto no momento, segundo Lindbergh.

Jogo

"Tem muito blefe. Cadê os requerimentos? O Parlamento não pode cair neste jogo e paralisar o Brasil", alegou Lindbergh, que também classificou



Bolsonaro articulou com a oposição a tática de obstrução

o PL da Anistia como "inconstitucional".

"O julgamento [da tentativa de golpe de Estado] está para começar. O Parlamento votar urgência de uma anistia é querer interferir em um julgamento independente do Supremo Tribunal Federal. [...] Os parlamentares têm as suas prerrogativas, mas isso não é uma investigação, é um julgamento. Nós [parlamentares] não temos o direito de atrapalhar uma investigação que está acontecendo no Supremo", afirmou.

Desgastes

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), busca evitar pautar a pauta da anistia para evitar desgastes com o poder Judiciário e com o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva (PT). Para Motta, o ideal seria instalar a comissão especial para debater o tema – comissão que foi prometida pelo ex-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), mas não chegou a ser instalada. O PL, no entanto, não aceita a negociação e insiste na votação da urgência do projeto. Atualmente, o projeto da Anistia espera votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Com as negociações sobre o tema, caso seja definida a instalação da comissão especial sobre a medida, inicialmente Motta cogitou indicar o deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) para ser o relator do projeto. Porém, o parlamentar é considerado um forte aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, o que poderia

influenciar sua relatoria. Diante disso, o presidente da Câmara confirmou que indicará outro deputado mais neutro para relatar o projeto.

Oposição

Enquanto não é discutido o texto sobre a anistia, o PL segue com a obstrução dos trabalhos. Com isso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) suspendeu a sessão desta terça por falta de quórum.

A estratégia foi discutida pela bancada do partido em reunião com o ex-presidente Jair Bolsonaro na noite desta segunda-feira (31/3). O encontro foi coordenado pelo líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS). "Estamos vivendo um estado de exceção no Brasil", disse ele.

Lula deve negociar com Centrão nova troca ministerial

Por Gabriela Gallo

Ao retornar de viagem ao Japão e ao Vietnã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem manifestado a aliados que irá articular com parlamentares da cúpula do Centrão no Congresso Nacional nova reforma ministerial. A medida visa um aumento na popularidade do governo e reduzir os problemas de relacionamento com o Legislativo.

Se confirmada, a continuação da reforma ampliará o espaço dos aliados mais conservadores depois de Lula fazer mudanças a partir de nomes do seu próprio partido, o PT, ao colocar Alexandre Padilha no Ministério da Saúde e Gleisi Hoffmann na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência. Ambos são deputados eleitos pelo PT, Padilha por São Paulo, e Gleisi, ex-presidente do partido, pelo Paraná.

Apesar dos nomes não estarem confirmados, atualmente a expectativa é na troca da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves; do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo; do ministro de Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e do ministro de Desenvolvimento Social, Wellington Dias.

Os nomes já foram alvo de especulações e parecem relegados a um segundo plano por Lula. Por exemplo, neste ano, o presidente Lula não participou de um evento com Cida Gonçalves no dia internacional da Mulher, em 8 de mar-

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Lula tenta retomar popularidade visando 2026

ço, para anunciar mudanças e políticas públicas ao segmento – ao contrário de 2023 e 2024, quando estava acompanhado da ministra no dia mais importante para a pasta.

Aprovação

Essa dança das cadeiras visa um aumento na popularidade do governo, que tem apertando desde o início do ano. Nesta terça-feira (1º), pesquisa divulgada pela AtlasIntel, no entanto, apresentou um pequeno alívio. O levantamento, em conjunto com a Bloomberg, apontou que 37,4% aprovam o governo federal e 49,6% da população desaprovam, 12,5% consideram a atual gestão como regular. Quando se trata do presidente Lula em si, 44,9%

dos entrevistados aprovam o presidente enquanto 53,6% da população desaprovam.

A pesquisa aplicou um questionário pela internet entre os dias 20 e 24 de março, coletando respostas de 4.659 brasileiros. Sua margem de erro é de um ponto percentual, para mais ou para menos.

Os números são preocupantes, porém demonstram que a opinião sobre o governo se estabilizou. Na mesma pesquisa realizada em janeiro deste ano, 37,8% dos entrevistados consideravam o governo como "bom ou ótimo" contra 46,5% que consideravam ruim ou péssimo. No mês seguinte, em fevereiro, a aprovação do governo se manteve estável em 37,6%, mas a desaprovção do governo

cresceu para 50,8%. Com isso, apesar de não serem positivos, os dados da pesquisa em março mostram um respiro, já que a avaliação da população sobre o governo se manteve estável.

A pesquisa aponta que um dos principais motivos do aumento da desaprovção do governo diz respeito ao atual cenário econômico. Para 55% dos entrevistados, a situação econômica brasileira é ruim em todos os sentidos. Já 86,6% dos entrevistados manifestam preocupação com a inflação. Para 62,5% dos entrevistados, o governo deveria fazer mais para conter a inflação contra 35,9% que consideram que o governo está agindo corretamente quanto ao tema.

Mirando nas eleições presidenciais, uma das principais preocupações do presidente Lula, segundo a Pesquisa AtlasIntel, em um eventual cenário em que Jair Bolsonaro (PL) possa concorrer na disputa eleitoral, ele teria 45,6% das intenções de votos, enquanto Lula tem 40,6%. Agora levando em consideração o atual cenário de inelegibilidade de Jair Bolsonaro até 2030, Lula ainda tem vantagem frente a seus demais concorrentes num primeiro turno (41,7%).

Desconsiderando Bolsonaro, atualmente, o candidato que apresenta maiores chances contra Lula é o atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com 33,9% de intenção dos votos. Os demais possíveis candidatos não chegam a 10%.